

17
del

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

16ª

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto Lopes, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarente e dois membros dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, Luis Pedro Martins Lopes, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Ester de Fátima Parra Martins, Antero Augusto Neto Lopes, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Armando do Nascimento Cordeiro, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, António Augusto Gonçalves, Cláudio Rafael Gouveia Pires em substituição do Senhor Vitor Manuel Purralo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Hugo Ricardo Mendes Silva em substituição do Senhor Martinho do Nascimento Major, Presidente da Junta de Freguesia de Paradela, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa.e Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Não apresentou justificação o membro José Carlos Ferreira Lopes. ---
-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da sessão ordinária do dia 29 de setembro de 2016 – Apreciação e deliberação.* -----

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----2.2 *Apresentação das Grandes Opções do Plano para o Exercício de 2017 – Análise e deliberação.* -----

-----2.3 *Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS – Análise e deliberação.* -----

-----2.4 *Designação de um membro do PSD para integrar a C.P.C.J de Mogadouro – Análise e deliberação.*

-----2.5 *Compromissos plurianuais – Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento.*

-----2.6 *Formas de apoios às Freguesias/União de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane para a continuação das obras no edifício da casa do povo da Castanheira, atribuição de subsídio à União de Freguesias de Remondes e Soutelo para a conclusão das obras da Cozinha Regional de Remondes e atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Tó para a compra de materiais de construção destinados à reabilitação do edifício sede propriedade da Junta – Para conhecimento.*

-----2.7 *Listagem de apoios atribuídos à criação de emprego – Para conhecimento.* -----

-----3. *Outros assuntos.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e cumprimentou todos os presentes. -----

-----O Presidente da Assembleia disse: “antes de entrar propriamente no ponto 1.1 queria dar-lhes a conhecer que no sábado passado, ou seja no dia 10 de dezembro estive presente na comemoração dos quarenta anos do poder local democrático em Coimbra, uma sessão muito participada a nível nacional, com uma grande representação dos autarcas portugueses e presidentes de junta, foi portanto aberta por sua Exa. o senhor Primeiro-ministro e encerrada pelo senhor Presidente da República no final da tarde, o que é que eu vos trago de anúncio? De anúncio trago-vos o hino que foi

55
del

concebido para esse dia, eu não sei cantar, nem o vou cantar, nem tenho música para tal, ele foi cantado pelo cantor Paulo de Carvalho, portanto eu não o vou substituir aqui, que ficaria muito mal, mas vou lê-lo, porque é muito bonito: Hino ao poder local democrático:-----

-----Quem ganha é Portugal-----

-----Quando quase nada havia-----

-----Tudo se fez com vontade-----

-----Aprendendo a melodia-----

-----Da nossa liberdade.-----

-----Tudo se fez com magia-----

-----Juntando a pedra à vontade-----

-----E assim se mudou o rosto-----

-----De cada vila e cidade. -----

-----Juntou-se o sonho ao trabalho-----

-----Em cada povoação -----

-----E tornou-se obra feita -----

-----O que era só ilusão.-----

-----Nasceram ruas e praças -----

-----Ginásios e pavilhões-----

-----E a alegria cantante-----

-----Que mora nas nossas canções. -----

-----Já passaram tantos anos-----

-----Sobre este poder local -----

-----Que do projeto fez obra-----

-----E melhorou Portugal. -----

-----E este poder que é local -----

-----Também se faz com afeto -----

-----Uma estrela no céu aberto -----

-----Sempre nossa e por igual, -----

-----Para bem de Portugal. -----

-----Foi este o hino que a Associação Nacional de Municípios Portugueses conjuntamente com a ANAFRE elaboraram especificamente para esse dia e que ficou a marcar os quarenta anos do poder local democrático”.

-----Vamos entrar no período de antes da ordem do dia. -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 29 de setembro de 2016 –
Apreciação e Deliberação.* -----

-----Não havendo intervenções, vou colocar a ata a votação. -----

-----A ata foi aprovada por maioria com zero (0) votos contra, cinco (5) abstenções por não terem estado presentes na sessão anterior e trinta e sete (37) votos a favor. -----

-----Vamos passar ao ponto 1.2-----

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----O senhor presidente da Assembleia informou que foi dado conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida. -----

-----Passou ao ponto 1.3 -----

-----**1.3 Período de Intervenção do Público.**-----

-----Não há público presente, passamos ao ponto 1.4 -----

-----**1.4 Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.**-----

-----Temos alguns votos de pesar que eu vou apresentar em nome da Assembleia, pela mãe da funcionária da Câmara Municipal, engenheira Maria Olimpia Marcos. -----

-----Alguém se quer pronunciar sobre este ponto? -----

-----Vou colocar à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Um voto de pesar ao antigo Presidente da Junta de Freguesia de Valverde, que foi nosso colega desta casa da democracia, recentemente falecido, senhor Professor António Maria Pires. -----

-----Sobre este voto de pesar alguém deseja pronunciar-se? Não havendo vou colocar à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Também um voto de pesar pela avó da nossa secretária da Assembleia Municipal, Isabel Preto. -----

-----Sobre este voto de pesar alguém se deseja pronunciar? Não havendo vou colocar à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----E um voto de pesar pelo nosso antigo vereador, deputado municipal, secretário uma vida inteira nesta casa, a quem muito o concelho de Mogadouro também ficou a dever, o senhor António Silvano Pires, ainda ontem o sepultamos e à sua esposa. -----

-----Sobre este voto de pesar alguém deseja pronunciar-se? Não havendo vou coloca-lo à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Faremos chegar às famílias respetivas o nosso voto de pesar. Gostaríamos de pedir ao senhor Presidente que nos fornecesse a direção da filha porque agora já não está cá ninguém. Muito obrigado pela vossa manifestação. -----

-----Agora sim se alguém deseja intervir neste ponto faça o favor de se inscrever. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “a questão que eu venho aqui é muito simples, eu ainda vejo no plano para 2017, queria saber qual era o ponto de situação da associação Leque, por aquilo que se constou, acho que fechou cá em Mogadouro. Se a Câmara tem a pagar ainda algumas dívidas, se tem alguns encargos ainda com essa associação e o que é que é feito com as funcionárias que estavam lá a trabalhar”? -----

► **JOANA SILVA** usou da palavra e disse: “em resposta ao senhor

57
de

membro José Branco, como deve ter visto numa das atas, realmente o protocolo com a associação Leque terminou, dívidas a Câmara não tem para pagar. O que aconteceu é que recebemos uma associação, criámos uma resposta durante dois anos, aprendemos com uma instituição que tem *know-how*, que tem conhecimento, que tem prática, que tem experiência, estou a falar na experiência conhecida a nível nacional e internacional, criámos condições para podermos ser nós a conseguirmos desenvolver, é isso que se passa, está ainda no orçamento e no plano do próximo ano, porque realmente o término já foi após a elaboração do orçamento”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos entrar no ponto 2. -----

-----2. PERIODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo intervenções passamos ao ponto 2.2. -----

-----2.2 *Apresentação das Grandes Opções do Plano para o Exercício de 2017 – Análise e deliberação.*-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “A Câmara Municipal de Mogadouro, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para efeitos do que dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo diploma legal, submete à aprovação da Assembleia Municipal, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017. -----

-----Foi dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98 de 26 de maio), pedindo à Comissão Política do Partido Social Democrata com assento na Câmara mas sem atribuição de pelouros que apresentassem propostas, opiniões ou sugestões para a elaboração dos documentos previsionais, tendo respondido ao pedido, sem no entanto apresentar qualquer sugestão. -----

-----O Orçamento para o ano de 2017, foi elaborado de acordo com as regras previsionais definidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações, seguindo a continuação da estratégia de contenção das despesas de funcionamento, procurando um crescimento sustentado das despesas de funcionamento, de forma a permitir o aumento do património duradouro da autarquia.-----

-----A elaboração do Orçamento assentou no levantamento tão rigoroso quanto possível, das despesas obrigatórias, designadamente, encargos com o pessoal, encargos financeiros e ainda os encargos assumidos com terceiros, bem como as dotações que garante o funcionamento dos serviços

e os investimentos que estão em curso.-----

-----Pelo terceiro ano e resultante da aplicação da Lei nº. 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal que regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM), e de acordo com o disposto no seu nº. 4 do art.º 17.º, que impõe ao Município de Mogadouro, uma contribuição de € 696.718,98 a efetuar ao longo de 7 anos, implica obrigatoriamente a inscrição no Plano Plurianual e Orçamento para 2017, de uma rubrica relativa a ativos financeiros no valor de € 99.531,00. -----

-----As iniciativas e o apoio de âmbito social irão continuar a merecer especial atenção neste Orçamento, canalizando todos os esforços possíveis para a resolução dos problemas e carências graves vividas atualmente pelas famílias que cada vez mais e com maior frequência procuram ajuda no Município. -----

-----Todos os compromissos assumidos durante o ano de 2016, e que não foram concluídos por atraso na sua execução ou por serem iniciados no último terço do ano, voltam a ser inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, sendo introduzidos novos projetos e ações nas diversas áreas da responsabilidade autárquica estabelecidas na classificação funcional do POAL.-----

-----Relativamente à previsão de receitas provenientes de impostos, taxas, tarifas e fornecimento de serviços, considerou-se como valor máximo, metade das cobranças efetuadas nos últimos vinte e quatro meses conforme determinado pelo ponto 3.3 do POAL.-----

-----**Apresentação Geral do Orçamento**-----

-----A previsão das receitas e das despesas para 2017 encontra-se traduzida no seguinte quadro, o qual resume a distribuição dos montantes segundo a natureza da Receita e da Despesa – Corrente e Capital:

Dotações iniciais do ano 2017

Receitas	Montante	Despesas	Montante
Correntes.....	11.734.811, 00	Correntes.....	9.917.247,00
Capital.....	5.827.069,00	Capital.....	7.644.633,00
Total	17.561.880,00	Total	17.561.880,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	17.561.880,00	Total Geral	17.561.880,00

-----Conforme análise do quadro, o mesmo traduz a poupança corrente no valor de € 1.817.564,00, resultante da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente que é canalizada para o financiamento das despesas de capital. -----

-----**As Grandes Opções do Plano (GOP'S)** é o documento de suporte com um horizonte móvel de quatro anos e que deve incluir todos os projetos e ações a realizar pela autarquia. Engloba os documentos de previsão orçamental, o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) que esquematiza os projetos referentes a investimentos diretos da autarquia e o PAM (Plano de Atividades Municipais) que traça os outros projetos e ações, que pela sua natureza não são considerados investimentos diretos, mas realizados por outras entidades, mediante protocolos e transferências de capital concedidas pela autarquia, com vista na promoção do desenvolvimento local, por áreas de atuação de acordo com o classificador funcional do estabelecido pelo POCL. -----

-----Da análise aos documentos em apreciação, verificamos que os mesmos contemplam uma série de projetos e ações com vista à melhoria da qualidade de vida da população, através de iniciativas direcionadas para as famílias mais carenciadas, traduzidos num esforço financeiro significativo. São disso exemplo, o Fundo de Emergência, o apoio à compra de medicamentos, a oferta de manuais escolares e de enriquecimento curricular, bem como o pagamento dos transportes escolares a todos os escalões de ensino. -----

-----O Plano Plurianual de Investimentos para 2017 com um total de €6.477.335,00 contempla para além do valor do Fundo Apoio Municipal e a eficiência energética na iluminação pública na Terra Fria do Nordeste, um conjunto de projetos novos, bem como os que estão em fase de conclusão e que se prevê iniciar ainda durante o ano de 2016. Pela importância, mas também pelo valor dos mesmos, destacam-se a remodelação da rede de águas e saneamentos da zona antiga de Bemposta e Peredo de Peredo de Bemposta, a remodelação do sistema de abastecimento de água do Município, a conclusão da construção da Variante da Zona Industrial ao IC5, o projeto e requalificação das habitações do ex bairro do Fundo Fomento e a construção da Cantina Escolar, inscritos no PPI e os acordos de cooperação com a Proteção Civil, as dotações para as Juntas de Freguesia, os protocolos com as Instituições de Solidariedade, as amortizações de empréstimos e a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho, inscritos no PAM. A desagregação do PPI por classificação funcional mostra-nos três grandes capítulos, as funções gerais com um investimento previsível de €1.032.031,00 correspondentes a 15,93% do total, as funções sociais que absorvem 55,54% a que corresponde um investimento de €3.597.740,00 e as funções económicas com €1.847.899,00 e que corresponde a 28,53% do total.-----

-----As funções que absorvem mais recursos são as sociais que agregam o maior número de rubricas como a Educação; Segurança e Ação Sociais; Habitação, Serviços Coletivos e os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos. Deste conjunto destaca-se o grupo dos Serviços Coletivos com

um total de €2.322.405,00, repartidos pelo Ordenamento do Território com €296.101,00 que inclui entre outros o arranjo urbanístico do espaço público envolvente do antigo bairro do Fundo Fomento e a construção do circuito pedonal/ciclovía entre o centro urbanos de Mogadouro e a Zona Industrial, do Saneamento com €225.000,00 essencialmente para a construção de fossas sépticas e unificação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas de Mogadouro; do Abastecimento de Água com €1.716.304,00 destinados ao financiamento da remodelação do sistema de abastecimento de águas do Município de Mogadouro, a remodelação da rede água das zonas antigas de Bemposta e Peredo de Bemposta e o abastecimento de água a Vale Porco a partir da adutora de Figueira entre outras de menor dimensão. Para concluir este grupo de funções e também com algum impacto, os Serviços Culturais que se dividem pela Cultura com um total de €225.000,00 destinados essencialmente à rede de Castros – valorização e conservação do castelo dos Mouros e do castelo de Oleiros, pelo Desporto Recreio e Lazer com €350.000,00 na sua maioria para a beneficiação das piscinas municipais (coberta e descoberta).-----

-----Em segundo lugar surge o capítulo das funções económicas que englobam Agricultura, Pecuária Silvicultura, Caça e Pesca (€250.000,00); Indústria e Energia (€59.352,00); Transportes e Comunicações (€1.338.347,00) e Comércio e Turismo (€200.000,00). Deste grupo destacam-se os “Transportes Rodoviários” com um total de €1.328.547,00, repartidas por diversas ações em fase de conclusão e ainda com algumas de menor valor que se pretende lançar a concurso. Ainda neste grupo está inscrita a subfunção “Turismo” que absorve €190.000,00 destinados a construção de percursos pedestres no Concelho e ainda à requalificação do Cais da albufeira de Bemposta. -----

-----Finalmente surgem as Funções Gerais com um total de €1.032.031,00, dos quais 88,2% vão para a subfunção Administração Geral e que por sua vez a aquisição e indemnização de terrenos com €225.000,00, a remodelação do edifício do ex Banco Pinto e Sotto Mayor/Casa das Associações com €170.000,00, o Fundo de Emergência Municipal – Minimizar os impactos ambientais com €120.000,00 e a requalificação das Ex Escolas Primárias do Concelho com €100.000,00 absorvem a maior fatia, sendo o restante distribuído por uma série de ações como artigos de valor e obras de arte, aquisição de material e equipamento para a atividade operacional dos diversos serviços municipais, como o *hardware* e *software* informático e a aquisição de viaturas entre outras. -----

-----Nas Outras Funções não se regista qualquer movimento ou valor.-----

-----Quanto ao Plano de Atividades Municipais no valor global de €3.424.805,00, traduz uma variação positiva em relação ao ano anterior no valor de €74.112,00, embora com a inclusão de algumas ações novas e a eliminação de outras, foi elaborado de forma a dar continuidade a projetos

Frei

vindos de anos anteriores, e que se consideram as que melhor servem os interesses do concelho e de quem nele habita.-----

-----Assim do grupo das funções gerais com um total de €235.200,00, faz parte a proteção civil e luta contra incêndios que absorve a quase totalidade daquele valor (€228.000,00) destinado aos protocolos celebrados com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro bem como aos custos da responsabilidade do município com os operadores de central e equipas de intervenção permanente.-----

-----Nas funções sociais com um total de €1.399.813,00 incluem-se a educação, a saúde, a segurança e ação sociais, a habitação e serviços coletivos e ainda os serviços culturais, recreativos e religiosos que se passam a discriminar:-----

-----Na Educação, o valor de €37.000,00 que se destina ao apoio das escolas do concelho, ao apoio à aquisição de livros e à atribuição de bolsas de estudo, não reflete o verdadeiro valor gasto nesta vertente, porque não são aqui considerados os gastos com as aulas de enriquecimento curricular de (inglês, música e educação física) aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do Concelho, os custos com o fornecimento gratuito de refeições aos alunos deslocados e ainda com maior impacto o custo com os transportes escolares na medida em que todos os alunos estão isentos do pagamento do passe escolar.-----

-----Na área da saúde mantemos a rubrica do sistema de teleassistência domiciliária, dando assim continuidade ao contrato de prestação de serviços celebrado com uma empresa da especialidade, assegurando também que todos os funcionários da autarquia tenham acesso à medicina e saúde no trabalho.-----

-----Na área da segurança e ação sociais com o valor de € 284.613,00 estão incluídos protocolos de colaboração com o Planalto Mirandês para a unidade domiciliária de cuidados paliativos e a Associação de Pais e amigos de Pessoas com Necessidades Especiais com €14.413,00 e €30.000,00, respetivamente, os protocolos a celebrar com instituições de solidariedade social do concelho para melhoria e/ou construção das suas infraestruturas de acolhimento aos mais idosos com €60.000,00, o apoio à natalidade no valor de €10.100,00, a constituição de um fundo de emergência no valor de €40.000,00 para ultrapassar algumas situações de extrema pobreza, o apoio na comparticipação nos medicamentos com €20.100,00 e ainda para garantir melhores condições de vida aos mais carenciados através da reparação de habitações ou a atribuição de subsídios para o pagamento das rendas o valor de €85.000,00.-----

-----Na habitação e serviços coletivos, o total de €591.200,00 destina-se ao pagamento da limpeza urbana da Vila com €141.200,00 e à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Concelho com €450.000,00.-----

-----Finalmente nos serviços culturais, recreativos e religiosos com o

valor global de €479.900,00 enquadram-se o maior número de ações distribuídos por €375.000,00 na Cultura e €104.900,00 no Desporto, recreio e lazer.-----

-----Serão fomentadas políticas culturais que contribuam para o desenvolvimento integral do cidadão, aumentando os padrões de qualidade de vida através das várias iniciativas a levar a efeito nos diversos espaços municipais como a Casa da Cultura, a Casa das Artes e a Biblioteca Municipal, destinadas ao enriquecimento do património cultural como a promoção das artes da música, da dança, da poesia, da literatura, do teatro e do cinema entre outros. -----

-----Para dar ao associativismo a possibilidade de desenvolverem os seus projetos no sentido de promoverem e divulgarem a nossa região foi dotada a rubrica “Subsídios para as Associações” com €120.000,00 a quem serão também disponibilizados os meios físicos, técnicos e humanos para um melhor desempenho. Neste capítulo estão também inseridos embora algumas das ações, com valores reduzidos como a agenda cultural, o boletim municipal, a feira do livro, o concurso de poesia e outros já de valor mais relevante como o tratamento e acondicionamento do espólio de Trindade Coelho (€40.000,00) jornadas conferências e eventos diversos (€23.900,00), o protocolo com a Orquestra do Norte (€10.700,00€) e a projeção de filmes na Casa da Cultura (€20.000,00). -----

-----Na vertente desportiva, recreio e lazer, e sabendo que o desporto e atividade física melhoram os níveis de confiança e de auto estima, que evitam a exclusão social e contribuem para uma sociedade mais forte e coesa, vai sendo dada resposta às cada vez maiores exigências da população com, para além das ações inscritas no PPI como a requalificação da piscina e do ginásio municipal, a construção de percursos pedestres e pedonais, a inclusão de todas as ações já iniciadas em anos anteriores como, a realização ou a comemoração do Desporto Escolar, o Dia Mundial da Criança, o Natal das Crianças, o torneio de futebol entre aldeias e a promoção do XV encontro de anciãos, através da utilização dos equipamentos colocados ao serviço da população designadamente o Parque de Campismo, as Piscinas Municipais o Campo de Ténis e o Estádio Municipal com ajuda dos técnicos ao serviço do Município.-----

-----Será também dada continuidade à realização do programa Red Burros Fly-In inscrita no Plano de Atividades com a dotação de €36.600,00.-----

-----Nas funções económicas o Comércio e Turismo dispõe da maior fatia com €282.700,00 destinados na sua maioria ao apoio á realização da Feira dos Gorazes através de subsídio a atribuir à ACISM com €76.000,00, ao Festival Terra Transmontana com €69.600,00 e planeamento, promoção e divulgação turística com €65.000,00. Está também incluída neste grupo, uma verba de €80.000,00 destinada ao apoio a iniciativas empresariais económicas de interesse municipal.-----

7
Ind

-----Tal como em anos anteriores, as outras funções com um total de €1.427.792,00 contribuem com maior bolo, sendo que 49.6% correspondentes a €707.392,00 são destinados ao pagamento dos empréstimos de médio e longo prazo. O restante está repartido pelas despesas de manutenção do canil intermunicipal (€19.100,00), pelas transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia (€507.000,00), e finalmente pelo funcionamento das várias Associações das quais fazemos parte como Baixo Sabor, Douro Superior, Terra Fria, Territórios do Côa, Comunidade Intermunicipal e Agência para a Energia (€193.600,00).-----

-----Com a entrada em vigor da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que introduz profundas alterações ao regime de vinculação, de carreiras e de remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas, o quadro de pessoal dos Municípios, como documento de gestão, com carácter previsional e estabilidade temporal, dá lugar a um mapa de pessoal, de duração circunscrita ao ciclo anual de gestão. Assim, o Mapa de pessoal do Município passa a estar adstrito ao seu orçamento anual e às disponibilidades orçamentais fixadas. Anualmente será feita a identificação do número de postos de trabalho necessários à prossecução das atividades a realizar no ano seguinte, operação que é efetuada aquando da elaboração do orçamento do Município.-----

-----O Mapa de Pessoal assim elaborado acompanha, em Anexo, nos termos do nº 2 do artigo 4º desta Lei 12-A/2008, a presente proposta de orçamento, que deverá merecer idêntica aprovação.-----

-----É Neste sentido que propomos para aprovação este orçamento, o qual engloba o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades e o Mapa de Pessoal”.-----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “era só para pedir um esclarecimento, possivelmente ouvi mal, eu procurei estar atento mas não apanhei o conteúdo do resto da explanação, o senhor Presidente falou aí em determinado momento em apoio de carácter religioso, depois não ouvi explicitado e como é uma pedra que eu tenho no sapato, anda sempre comigo, eu gostava de saber o que é que se passa sobre isso”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “relativamente a este documento das grandes opções para o ano 2017, a bancada do PSD, revê-se na mesma posição que os vereadores do PSD tiveram na Câmara. Neste documento não conseguimos ver nenhuma grande opção para o concelho de Mogadouro. Este documento demonstra que o Executivo está apostado em manter o estado atual do concelho. Transparece deste plano que o Executivo continua satisfeito com o nível de desemprego que grassa o concelho e conformado com a mitigação com cursos de formação profissional. -----

-----Por outro lado, olhando para a tipologia da despesa, não se vê

qualquer inovação, continua a gastar-se dinheiro em atividades e festas pouco relevantes que acabam por não acrescentar nada em nossa opinião em termos de desenvolvimento económico e social. Consideramos igualmente que para além de não apontarem nenhum caminho, é perfeitamente visível para quem conheça o concelho, que grande parte da despesa nos remete para as próximas eleições autárquicas. É notório a realização de pequenas obras por um lado, e obras generalistas e mal definidas, que não são mais do que rubricas para abrir a caça ao voto. Resulta deste documento em nossa opinião, uma ou duas rubricas, que apontam para a execução de pelo menos duas obras que podemos considerar necessárias e importantes para o concelho “Bairro do IGAPHE e abastecimento de água”, todavia pelo grau de dificuldade de execução associado ao facto de estarmos a menos de um ano para as eleições, desconfiamos que se trata apenas de indiciar obras para enganar os eleitores. Se a responsabilidade da gestão autárquica fosse do PSD, este nunca seria o nosso plano, e podemos garantir que seria dada prioridade a dois campos que consideramos fundamentais: -----

-----Primeiro lugar, definiríamos uma política de apoio à educação e à terceira idade mais ambiciosa e mais inclusiva. Em segundo lugar apontaríamos um caminho claro para o desenvolvimento económico do concelho, tendo em vista a criação efetiva de emprego de preferência tecnológico de modo a permitir a fixação de jovens licenciados e não licenciados no concelho, travando a cada vez mais galopante desertificação.

-----Assim sendo a bancada do PSD, não se revê nestas opções do plano para o ano 2017 e como tal vai abster-se na votação, reconhecendo e admitindo posições divergentes, dado tratar-se de um documento relevante para as freguesias”. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “Vamos analisar a proposta do plano plurianual de atividades para o ano 2017 que agora nos foi explanado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal: quanto ao orçamento é um documento técnico e como tal mesmo que enferme de alguma gralha que supomos, não terá, não nos merece reparos, pois temos que confiar nos nossos serviços. -----

-----Quanto ao plano não iremos escarpelizar os inúmeros números que lá estão, para tal basta consultar o documento que nos foi enviado, onde por rubrica se podem verificar todos os apuramentos respetivos, pelo que nos é dito no mesmo verificamos que foram devidamente ponderadas todas as despesas obrigatórias como é natural, foram igualmente tidos em conta os compromissos assumidos e ainda não concluídos, a despesa prevista para o fundo de apoio municipal ainda irá continuar até perfazer os sete anos em que vigorará o FAM e que em 2017 terá disponíveis €99.531,00 neste orçamento municipal, o valor arrecadado do orçamento do estado para 2016/2017 ainda não é conhecido, mas se for igual ao do ano anterior

77
Jheh

significará que as respetivas verbas virão reduzidas em € 92.087,00 quando comparado com o recebido em 2012 que é o ano de referência. Mesmo assim o orçamento para 2017 ainda será de €17.571.880,00 verba considerável sendo as receitas correntes de €9.917.247,00 e as receitas de capital de €7.654.633,00. Poderíamos passar aqui muito tempo a escarpelizar as respetivas verbas que irão ser gastas, mas como disse o relatório da proposta chegou a todos e todos esses números constam como é e como tal só é consultar. Refiro-me no entanto apenas para lembrar que o IMI continua a ser taxado pelo escalão mínimo e que a arrecadação do IRS é de 50% sendo devolvidos os outros 50% às pessoas, 50% do que compete às Câmaras, naturalmente. A dívida da Câmara de médio e longo prazo continua a reduzir pelo quarto ano consecutivo em virtude da Câmara ter deixado de recorrer a empréstimos bancários, no final de 2017 situar-se-á em €2.112.428,00, uma insignificância face à capacidade de endividamento do Município e que neste momento poderia chegar aos €15.801.033,00. Podemos dizer que a Câmara em termos de dívida vive uma situação cada vez mais confortável, apesar da existência de algumas das rubricas que referi. Em termos de execução de obras não irei numerá-las porque para tal teria que transportar para aqui tudo que se encontra descrito no desenvolvimento orçamental, não o irei fazer, mas permitam-me que faça aqui uma referência a algumas das mais significativas pelo impacto que irão ter na vida do município e começo pela conclusão da construção da variante da zona industrial ao ILS, esta é uma obra de elevada importância na medida em que vem libertar o bairro adjacente salgueiral à zona industrial do tráfego inadequado pelo mesmo, ao servir a zona industrial no quotidiano e dará mais fluidez ao trânsito da referida zona industrial. Este projeto esteve como sabem emperrado por se encontrar inserido na zona ecológica, está agora pronto a avançar dentro da legalidade e ainda bem, dada a urgência da sua construção. -----

-----A construção da cantina escolar, esta construção reveste-se de alguma urgência pelo seguinte motivo, os alunos da escola secundária para se deslocarem para a cantina, o que acontece diariamente durante o período escolar, têm obrigatoriamente que atravessar a rua correndo sérios riscos de serem atropelados, a construção da nova cantina, pensamos irá evitar que tal continue a acontecer. -----

-----A remodelação do sistema de abastecimento de águas ao setor nascente e da estação de Bastelos é uma obra de certa envergadura, mas necessária e urgente a sua execução, ficará assim o concelho totalmente servido de água potável e em quantidade. -----

-----A requalificação das habitações do ex bairro do fundo de fomento de habitação, este projeto já vem sendo ventilado há muito tempo e por diversas razões tem sido sucessivamente adiado, situa-se numa zona nobre da vila, encontra-se muito degradado, não existindo a imagem condicente

com o local, é por conseguinte uma requalificação pertinente e urgente. ----

-----O espaço de promoção e valorização das associações de raças autóctones, esta obra irá criar condições para a realização de alguns eventos, achegas de touros, concursos de raças autóctones, até feiras, querendo, e criará sede para algumas associações evitando que a Câmara esteja permanentemente a financiar outros aposentos como tem acontecido, é por conseguinte uma obra que se impõe. -----

-----A remodelação da rede de águas e saneamentos da antiga zona de Bemposta e de Peredo de Bemposta, é também urgente porque não se encontravam funcionais e são necessárias no quotidiano, necessitam ser remodeladas sobretudo para substituir alguns materiais, como é o caso do fibrocimento. -----

-----Por fim o abastecimento de água a Vale de Porco a partir da adutora de Figueira, irá garantir abastecimento regular e constante não ficando a aldeia sujeita ao abastecimento a partir das nascentes, nem sempre com caudal suficiente e sem qualquer tratamento e por conseguinte com possíveis consequências negativas para a saúde das pessoas. -----

-----Pela análise de um dos quadros verificamos que a evolução positiva do PPI para 2017 a 2020, começando em 2017 com uma verba de €17.561.880,00 e termina em 2020 com um total de €18.021.460,00. -----

-----A dívida a fornecedores, dívida de curto prazo é nula e em jeito de conclusão diremos que a Câmara está a fazer uma boa gestão concelhia, como seria de esperar. -----

-----As funções sociais continuam a ter resposta cabal como nos anos anteriores, isto é, ajudar os mais carentes em medicamentos, do mesmo modo nas habitações, no transporte de doentes oncológicos, ajudar os agricultores no pagamento ao ADS cumprindo o lema: *as pessoas primeiro*.--

-----A terminar e em resumo diremos que este é um plano abrangente, equilibrado, responde aos casos mais prementes em todo o concelho e que se traduzirá na melhoria das condições de vida de todos os munícipes pelo que há fortes razões para apoiar tanto o orçamento como o plano plurianual de investimentos, votando favoravelmente os dois documentos. -----

-----Apenas e aqui um pequeno apontamento em relação ao que a oposição diz, a oposição na Câmara optou pela abstenção alegando que o plano por ela elaborado seria outro, compreende-se que assim seja, mas quem governa atualmente o município entendeu que neste momento são estas as suas prioridades e serão estas que iremos aprovar. Também falaram no problema do desemprego e esse também é um problema que nos preocupa a todos, só que a Câmara diretamente poucos empregos poderá criar, a Câmara deverá nesse sentido criar condições para os empresários, que estes sim possam criar emprego e isso a Câmara tem feito ao disponibilizar a III fase da zona industrial para os mesmos aí se instalarem e criarem os respetivos empregos”. -----

Handwritten signature/initials in the top right corner.

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “começo por esclarecer o deputado senhor Ilídio Martins, olhando para o plano de atividades municipal no ponto 2.5, a rubrica é assim que se denomina, é serviços culturais, recreativos e religiosos e como dizia e muito bem o senhor Presidente da Mesa devíamos dotar as igrejas todas de aquecimento que são cada vez mais frias. -----

-----O senhor deputado José Branco fazia referência a obras que não seria possível executar, mas posso só dizer-lhe que no âmbito do quadro de compromissos relativamente ao plano de ação de regeneração urbana já aprovado para Mogadouro, no âmbito do norte 2020, este quadro de compromisso 2016/2020 que já foi aprovado a friso tem um financiamento de FEDER de €1.053.329,00 destinado exatamente à casa das associações que já está a concurso aqui no ex Banco Pinto & Sotto Mayor e ao edificar da primeira fase do ex Bairro do Fundo de Fomento de Habitação”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “pergunto se ainda alguém quer intervir sobre este ponto relativamente ao que o senhor Presidente anunciou? Não havendo, vou colocá-lo à votação. -----

-----O ponto foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, dezassete (17) abstenções e vinte e cinco (25) votos a favor. -----

-----Passamos ao ponto 2.3-----

-----**2.3 Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS – Análise e deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “a proposta é a fixação da participação variável para o ano de 2017, ou seja a redução do montante de 2,5% dos 5% que temos direito, 50% de redução a todos os munícipes deste concelho, aprovado já por unanimidade em sede do Executivo e é isso que propomos à Assembleia que também seja aprovada esta redução para os nossos munícipes”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ sobre este ponto alguém deseja intervir? Não havendo vou colocar à votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto 2.4 -----

-----**2.4 Designação de um membro do PSD para integrar a C.P.C.J de Mogadouro – Análise e deliberação.**-----

-----Convirá aqui uma nota de esclarecimento para justificar este ponto, como sabem por desistência do senhor professor José Maria Preto, tanto aqui na Assembleia Municipal como na [CPCJ] houve um lugar do PSD que não é ocupado já há alguns meses, suponho que já há um ano, o PS tem a sua representação, nós temos quatro elementos da Assembleia Municipal que constituem a [CPCJ] na comissão alargada. O PS tem os seus representantes, o PSD só tem um, passa a ter outro e a proposta que eu tenho aqui: *o nome do deputado municipal da bancada do PSD para integrar a [CPCJ] de Mogadouro é: Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio*

Mesquita, é um nome, à partida exige nos termos da Lei voto secreto, a menos que com a devida autorização da Assembleia Municipal transportemos para uma deliberação normal se houver unanimidade nesta decisão por quanto é de uma substituição no fundo que se trata. Pergunto se estão de acordo que assim se faça. Há alguma objeção? Não há? Então vou colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “venho aqui para pedir a cada um de nós que temos e devemos estar cada vez mais presentes na prevenção, no aconselhamento sobre tudo que permita termos uma sociedade mais inclusiva, mais humana, mais interventiva, mais vigilante, cada um de nós tem pelo dever da função que nos foi confiada ao sermos eleitos locais em fazermos todo o possível para que esta terra seja melhor, melhor na nossa cidadania, melhor nos nossos resultados, na educação, melhor nos nossos processos na justiça entre nós humanos, melhor nos nossos hábitos e vícios, se com esse comportamento interferimos no processo de desenvolvimento das crianças e dos jovens que no futuro serão homens e que muitos deles muito possivelmente podem estar aqui a desempenhar esta função de cidadania para um futuro melhor para Mogadouro. Se cada um de nós, se sabe, se desconfia que por qualquer atitude negligente ou mesmo mal-intencionada por parte de alguém que alerte ou converse com o nosso comandante de posto, ou com as pessoas que têm por missão proteger as nossas crianças e todos os outros que podem ser vítimas de qualquer tipo de maus tratos. Os senhores Presidentes de Junta podem ajudar, sei que há da parte de muitos deles já essa preocupação, entre tantas que eles já têm pela frente, temos que deixar de usar esta expressão: *isso não é nada comigo*. Para terminar exprimo um desejo, querer um futuro melhor para todos nós. Quando faço a reflexão aos senhores Presidentes de Junta, faço a reflexão a toda a gente desta casa”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “temos o 2.5, o 2.6 e o 2.7 para conhecimento apenas, não requer deliberação, de qualquer das formas:-----

-----**2.5 Compromissos plurianuais – Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento.**-----

-----Alguém deseja intervir neste ponto?-----

-----Tomámos conhecimento pelo envio da informação que nos foi disponibilizada. -----

-----**2.6 Formas de apoios às Freguesias/União de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane para a continuação das obras no edifício da casa do povo da Castanheira, atribuição de subsídio à União de Freguesias de Remondes e Soutelo para a conclusão das obras**

da Cozinha Regional de Remondes e atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Tó para a compra de materiais de construção destinados à reabilitação do edifício sede propriedade da Junta – Para conhecimento.

-----Sobre este ponto alguém deseja intervir? -----

► **AGOSTINHO FERNANDES** usou da palavra e disse: “sobre este ponto eu queria dizer o seguinte: felicitar a Câmara por apoiar a Junta de Freguesia, mas há aqui um contrassenso que eu não concordo com a avaliação que foi feita, porque avaliaram os trabalhos, já agora digo o apoio que nos atribuíram €20.000,00, mas avaliaram os trabalhos em €29.518,57, acontece que a Junta de Freguesia gastou no edifício cerca de €60.000,00, não sei qual foi o critério que optaram ou que tiveram para chegar a estes valores dos €29.000,00, dá a impressão que nos deram praticamente o dinheiro todo e ficou-se bastante atrás, não é verdade, com certeza que quem foi fazer o ponto da situação não entrou no edifício, nem viu os trabalhos que realmente foram feitos na Castanheira e isto leva as pessoas ao engano, não é verdade? Estou em condições de mostrar as faturas, os orçamentos, o que for preciso”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “não era para responder mas já que levantou esta questão, o senhor Presidente sabe muito bem que andou com a carroça à frente dos bois e portanto..., o que foi solicitado na Castanheira foi a construção de uma cozinha, depois aquilo que o senhor fez a seguir, senhor Presidente sabe muito bem, sabemos muito bem o que se passou na construção daquilo e portanto é melhor..., nem devia ter levantado essa questão, mas já que a levantou esclareço a Assembleia nesse sentido”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o senhor Presidente da Junta quer intervir novamente? -----

-----Passamos agora ao ponto 2.7. -----

2.7 Listagem de apoios atribuídos à criação de emprego – Para conhecimento. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “não é grande esclarecimento, mas é na sequência daquilo que tinha sido levantado pelo senhor deputado José Branco na última Assembleia, nós agora passaremos a enviar para conhecimento à Assembleia todas as criações dos postos de trabalho que forem apoiados por este Executivo”. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “quando há cerca de três anos esta Câmara definiu e protocolou com as Juntas de Freguesia uma considerável área de transferências de competências com o respetivo envelope financeiro eu sempre pensei que muitas Juntas se iam dotar de recursos humanos para o desenvolvimento de muitas dessas competências, há muitos anos atrás os eleitos de Bemposta, acharam e bem, no meu entender, que para termos uma aldeia limpa e asseada, jardins cuidados e muitas mais tarefas devíamos ter recursos humanos, senhor Presidente da

Junta já aqui disse algumas vezes que os familiares de um ente querido não precisam de se preocupar pois a Junta resolve esse procedimento de borla, deixando de parte esta parte introdutória, vou passar ao tema que aqui me trás, a Câmara entregou este documento para nos informar quantos empregos apoiou, se cada Junta tivesse criado um emprego, os números do desemprego estariam melhor, mas não devemos ver só pelos números, as nossas aldeias possivelmente estariam mais bonitas, mais cuidadas, os caminhos e etc., mas muito mais importante seria possivelmente estarmos a dar estabilidade a uma família, a fixarmos população nas nossas aldeias, falamos muitas vezes que o interior está desertificado, as nossas aldeias sem gente, podem os senhores Presidentes de Junta minimizar e alterar este cenário, mais um desejo, que ninguém mais precisa sair da nossa terra por falta de trabalho, precisamos urgentemente de ter população, as obras, o que se fez na área do lazer, na área social daqui a uns anos fica ao abandono como estão muitas escolas onde nós aprendemos a ser homens que hoje somos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “há mais alguma intervenção? -----

-----Por aquilo que eu posso explicar é que vai haver brevemente novidades sobre as transferências de competências para as Juntas de Freguesia, há um unanimismo em torno da Assembleia da República, foi um dos assuntos que foi debatido e bem pela ANAFFRE, de maneira que esperemos que futuramente os próximos Presidentes de Junta tenham outras competências e acompanhadas de dotações orçamentais que é aquilo que precisam sem andar ao beija-mão das Câmaras Municipais para exercer a sua política de proximidade. Espero bem e gostaria muito que os Presidentes de Junta tivessem mais autonomia financeira, porque política têm-na e está contemplada no 75/2013, mas não vem acompanhada como diz lá dos respetivos recursos financeiros, espero que o venham a ter e que possam exercer a política de proximidade como devem”. -----

-----Vamos passar ao ponto 3. -----

-----**3. Outros assuntos.** -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “eu só venho aqui dar os parabéns à Câmara pela belíssima iluminação que tem este ano de Natal, mas quando foi posta na Avenida Nossa Senhora do Caminho, quando entrei pensei que eram as festas de Nossa Senhora do Caminho e peço aqui hoje ao senhor Presidente que no próximo ano de 2017 se a comissão de festas de Nossa Senhora do Caminho não puser arcos na Avenida que seja a Câmara responsável por essa situação. São as festas do concelho e acho que Mogadouro merece uma boa iluminação também na semana da festa. -----

-----Gostaria de saber qual foi o valor que a Câmara irá gastar ou gastou com a pista de gelo situada aqui no meio do jardim”? -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente obrigado

pela informação que nos trouxe, fiquei contente por saber que vai haver novas competências e novos meios para as freguesias trabalharem, mas no entanto já ouvi isso tantas vezes, já ouvi isso a tantos Primeiros-ministros, também me cheira um bocadinho a eleições como diria ali o senhor deputado José Branco, enfim. -----

-----Uma outra questão que eu queria pôr aqui à Câmara, esses zunzuns que se ouvem no meio da rua, penso que alguém teria feito uma proposta para se fazer em Mogadouro uma feira de velharias, não sei se o termo correto é esse e que os proponentes ainda não obtiveram resposta, se por acaso a Câmara entender, eu é a informação que tenho, estou aqui a transmiti-la, estou a fazer a pergunta. -----

-----Por último uma sugestão, eu não intervim aquando da propositura do voto de pesar, de vários votos de pesar aqui feitos, entendo até que se está a vulgarizar em demasia a propositura desses votos, acho que se estão a alargar em demasia, já tive aqui intervenção sobre isto noutras alturas, recordo-me por exemplo que nos últimos anos faleceram pelo menos três pessoas que tiveram cargos importantes neste concelho, recordo-me do senhor Acácio Cordeiro, recordo-me do senhor Gonçalves e do Alberto Belarmino Pires, lembro-me destes três pelo menos que tiveram funções no Executivo e na Direção da Assembleia, para um deles eu recordo-me que foi proposto e foi aceite que se homenageasse de uma maneira um bocadinho mais alta e foi proposto um minuto de silêncio que esta Assembleia cumpriu, o assunto de hoje está encerrado mas penso que o senhor António silvano Pires pelos cargos que ocupou também deveria ter tido aqui um minuto de silêncio e proponho para o futuro quando se tratar de pessoas que deram os contributos que deu o senhor António Pires, que deu o senhor Gonçalves, que deu o senhor Acácio Cordeiro, que deu o Beto, se tiverem dado contributos a esse nível que a Assembleia faça um minuto de silêncio, espero que seja aceite a minha sugestão”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “queria entretanto recordar que esses nomes que o senhor membro agora referiu tiveram a homenagem devida no último ato que celebramos do 25 de abril, que fizemos uma homenagem pessoal em que estiveram representadas as famílias, portanto foi uma homenagem pelo exercício do cargo que tiveram ao longo da sua vida como responsáveis autárquicos, essa parte do minuto de silêncio, eu estou aqui há onze anos e uns meses, nunca colocámos em prática, não quer dizer que não o mereçam. Acredito, é sempre um contributo e tomaremos a devida nota, isto também repare não é só responsabilidade minha ou da Mesa, é um grupo de líderes, abordámos isto na conferência, naturalmente se aparecesse uma inteligência mais rara como a que apareceu agora aqui já não nos esquecíamos tanto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra à Segunda Secretária da Mesa para que procedesse à

leitura da ata em minuta. -----
-----A segunda secretária da Mesa, Maria Teresa Cordeiro Afonso, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----
----- Finda a leitura da ata o senhor presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----
-----Às onze horas o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,

(Maria Isabel Sarmento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta ata é constituída por 8.409 palavras, distribuídas por 20 páginas.